ANTENA

Representante Permanente da Assembleia da República junto da União Europeia

SÍNTESE SEMANAL DA ATUALIDADE EUROPEIA

Destinatários:
Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

278 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 21 de setembro a 2 de outubro de 2026

1. FÓRUM PARLAMENTAR DA UE SOBRE A DEMOCRACIA **1**
Intervenção do Vice-Presidente da Assembleia da República, Rodrigo Saraiva 1
Encerramento 2
Parlamento Europeu – Inteligência Artificial e Democracia 3
2. CONSELHO DA EUROPA - DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA **3**
Debate com os membros da Assembleia 5
3. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34 - DESENVOLVIMENTOS **5**
QFP 2028-2034 – Regiões Ultraperiféricas 6
Política de Coesão – Posições das Regiões e do Parlamento Europeu 6
4. ALARGAMENTO - ANTECIPAÇÃO DA NOVA ESTRATÉGIA DA COMISSÃO EUROPEIA **6**
5. UNIÃO EUROPEIA DA DEFESA - DESENVOLVIMENTOS **7**
Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa) 7
Conselho Europeu de 15 e 16 de outubro – Segurança e Defesa 7
PE – Controlo Humano E Sistemas Militares Baseados Em Inteligência Artificial 8
6. RELAÇÕES UE - CANADÁ **8**
7. PARLAMENTO EUROPEU - OUTROS DEBATES E ESTUDOS **8**
Crescimento A Longo Prazo, Inteligência Artificial E Demografia 9
8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR **9**
Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação Económica 9
European Public Diplomacy Days 9
Reunião Interparlamentar de Comissão sobre o futuro do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) 9
9. REUNIÕES DO CONSELHO **10**
10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA **10**
Conselho Europeu 10
Parlamento Europeu 10
Comissão Europeia 10
Conselho da UE 10

1. FÓRUM PARLAMENTAR DA UE SOBRE A DEMOCRACIA[1]

A segunda edição do **Fórum Parlamentar da União Europeia sobre a Democracia** decorreu nos dias 29 e 30 de setembro, no hemiciclo do Parlamento Europeu (PE), em Bruxelas, reunindo Deputados ao PE, membros dos Parlamentos nacionais, representantes das instituições da UE, da sociedade civil e de organizações de juventude. A iniciativa foi organizada sob a liderança da Presidente do PE, Roberta Metsola, com o apoio dos Vice-Presidentes Esteban González Pons (PPE, Espanha) e Katarina Barley (S&D, Alemanha), responsáveis pelas relações com os Parlamentos nacionais.

Dá continuidade à primeira edição, realizada em 19 de novembro de 2025, na qual o Presidente da Assembleia da República, José Pedro Aguiar-Branco, interveio na Sessão I, dedicada ao reforço da democracia parlamentar através do envolvimento dos cidadãos (ver Síntese n.º 256, de 17 a 21 de novembro de 2025). Este ano, a delegação da Assembleia da República foi chefiada pelo *Vice-Presidente da Assembleia da República, Deputado Rodrigo Saraiva (IL), e integrou os seguintes Deputados: António Rodrigues (PSD) e Sandra Ribeiro (CH), da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; Paulo Moniz (PSD), Pedro Correia (CH) e João Torres (PS), da Comissão de Assuntos Europeus*.

O programa foi precedido, na manhã de 29 de setembro, de duas pré-sessões reservadas a parlamentares, sobre Integridade e resiliência eleitorais; e Segurança dos candidatos e dos eleitos, organizada em cooperação com a DG JUST da Comissão Europeia e contribui para a preparação da Recomendação da Comissão sobre a segurança na política, prevista para o final de 2026.

A abertura contou com uma intervenção de Sviatlana Tsikhanouskaya, líder das forças democráticas da Bielorrússia, e o programa organizou-se em quatro sessões temáticas:

- *Abordagem de toda a sociedade na salvaguarda das eleições*: propostas do Escudo Europeu da Democracia, papel das plataformas digitais e literacia mediática.
- *Estratégia da UE para a sociedade civil:* proteção do espaço cívico e participação da sociedade civil na tomada de decisão, na sequência da Estratégia apresentada pela Comissão em 12 de novembro de 2025.
- *Da legislação à execução:* reforço do controlo parlamentar a nível europeu e nacional.
- *Diplomacia parlamentar numa lógica de «Equipa Europa»* e num contexto de disrupção geopolítica.

🔗 LIGAÇÕES E DOCUMENTAÇÃO *Fórum Parlamentar da UE sobre a Democracia · Bruxelas, 29 e 30 de setembro de 2026*	
🏛️ **Página do Fórum 2026**	Programa, enquadramento e participantes
📋 **Documentos do programa**	Programa · Questões orientadoras · Topical digest (PDF)
📑 **Notas de enquadramento**	Eleições · Sociedade civil · Controlo parlamentar · Diplomacia parlamentar
🎥 **Gravações e imagens**	29 set. · 30 set. · Fotografias
🎙️ **Discurso de encerramento**	Presidente Roberta Metsola
🗂️ **Edição de 2025**	Página do PE · Síntese n.º 256

Intervenção do Vice-Presidente da Assembleia da República, Rodrigo Saraiva

O Vice-Presidente Rodrigo Saraiva interveio na Sessão I, no painel dedicado à promoção da integridade eleitoral a partir da base, em representação do Presidente da Assembleia da República. Iniciou a intervenção retomando as ideias deixadas por José Pedro Aguiar-Branco na edição anterior (cfr. Síntese 256): que «*a democracia deixou de ser um dado adquirido*» e que o Parlamento é o «*barómetro*» da sociedade, perdendo legitimidade quando

[1] Fonte e fotos: Parlamento Europeu.

deixa de sentir o pulso do país. Recordou também as propostas então apresentadas, relativas aos jovens, a espaços de debate presencial com os cidadãos e à cooperação interparlamentar.

Assinalou que a desinformação não é um fenómeno novo e que o que mudou foram a escala, a rapidez e a verosimilhança. Considerou que o seu efeito principal é a erosão de um mínimo de factos partilhados, sem o qual o debate democrático deixa de funcionar: «*o alvo deslocou-se da urna para a convicção*». Acrescentou que o problema não tem apenas origem externa e constitui também «*um teste à nossa própria maturidade democrática*». Propôs três princípios:

- **Proteger a informação sem a controlar.** Afirmou que «a melhor resposta a uma mentira não é um censor, é um jornalista credível».
- **Regular a máquina, não a mensagem**. Defendeu a transparência sobre quem financia e amplifica conteúdos, bem como a aplicação do princípio «conhecer o doador» às criptomoedas. Advertiu que, «se os cidadãos acreditarem que o Escudo protege os governos e não as pessoas, o Escudo já perdeu».
- **Tratar os cidadãos como adultos**. Defendeu a literacia mediática e digital como questão cultural, e não técnica.





A sua conclusão foi que «*a resposta não é menos liberdade, é mais maturidade*», retomando as palavras do Presidente da Assembleia da República no ano anterior: a democracia «*dá muito trabalho*» e nenhum parlamento deve enfrentá-la sozinho. Questionado sobre a prioridade para tornar os sistemas eleitorais mais resilientes, respondeu «***confiança***», não apenas nos sistemas, mas nas pessoas (detalhe nas redes sociais aqui).

Encerramento



Na sessão final, o Comissário europeu Michael McGrath sublinhou que a defesa da democracia deve ultrapassar a «bolha de Bruxelas» e ser construída também aos níveis nacional e local, envolvendo escolas, clubes desportivos e meios de comunicação locais. Defendeu o Centro Europeu para a Resiliência Democrática, lançado em 24 de fevereiro de 2026, como instrumento de coordenação das iniciativas existentes e de reforço da cooperação entre instituições, Estados-Membros e países candidatos. Anunciou a ativação iminente da plataforma de cidadãos prevista no Escudo Europeu da Democracia, a realização de painéis de cidadãos no outono, com recomendações até ao final do ano, trabalhos nas próximas semanas sobre o uso da inteligência artificial em processos eleitorais e sobre a segurança dos responsáveis políticos.

No discurso de encerramento, a Presidente Metsola enquadrou o Fórum no contexto do aumento da polarização e do extremismo na União e da «*guerra híbrida*» da Rússia. Saudou a presença de Sviatlana Tsikhanouskaya e reiterou o apoio do PE a uma Bielorrússia livre e democrática. Afirmou que «*a resiliência democrática não pode ser alcançada apenas a partir de Bruxelas*» e registou a participação recorde nesta edição.

Apelou à tradução das conclusões em ação, nos Parlamentos e nos círculos eleitorais, perante a perceção de que «*Bruxelas está demasiado longe*». Defendeu que cabe aos eleitos responder a essa perceção «*com clareza e honestidade*» e demonstrar resultados concretos. Concluiu reafirmando a abertura do PE aos Parlamentos nacionais, «*porque a nossa democracia funciona melhor quando trabalhamos em conjunto*».

Parlamento Europeu – Inteligência Artificial e Democracia

A Comissão dos Assuntos Constitucionais (AFCO) do PE aprovou, em 1 de outubro, por 21 votos a favor, 3 contra e nenhuma abstenção, um **relatório sobre o impacto da inteligência artificial (IA) nos processos democráticos da União**, no equilíbrio institucional e nos direitos fundamentais. O relatório enquadra a governação da IA como uma questão de responsabilização democrática, autoridade pública e autonomia digital estratégica da UE. Assinala ainda que o atual quadro jurídico eleitoral europeu se revela cada vez menos adequado para responder aos riscos associados à IA. As principais propostas são as seguintes:

- *Supervisão humana nas instituições da UE:* a utilização da IA deve manter-se centrada no ser humano e alinhada com os valores da União;
- *Acordo internacional*: propõe-se um acordo, inspirado no regime de não proliferação nuclear, para as tecnologias com implicações globais de segurança e sociais, com a UE num papel de liderança.
- *Avaliação dos riscos para a democracia:* apela-se a uma avaliação parlamentar sistemática dos efeitos da IA na integridade eleitoral, na desinformação, na ingerência estrangeira, com atenção aos deepfakes.
- *Novos direitos na Carta dos Direitos Fundamentais*: proteção da identidade e da imagem pessoais, a transparência algorítmica, a autodeterminação digital e a proteção contra a discriminação algorítmica.
- *Observatório da IA no PE:* sem impacto orçamental nem poderes regulamentares e apoiaria as comissões no controlo e na avaliação ex post da legislação.
- *IA ao serviço da produção legislativa*: possível utilização na deteção de incoerências, de sobrerregulamentação (gold-plating) e de riscos de fragmentação jurídica, sem substituir a responsabilidade política humana.

O relatório deverá ser votado na sessão plenária de 19 a 22 de outubro.

2. CONSELHO DA EUROPA - DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA[2]

O Presidente da República, António José Seguro, deslocou-se a Estrasburgo, em 30 de setembro, por ocasião dos 50 anos da adesão de Portugal ao Conselho da Europa. A convite da Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa (APCE), Petra Bayr, interveio na sessão plenária, seguindo-se perguntas dos presidentes dos grupos políticos e de outros deputados. Acompanhado pela Ministra da Justiça, Rita Alarcão Júdice, reuniu-se com a Presidente da APCE e com o Secretário-Geral do Conselho da Europa, Alain Berset. No Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, reuniu-se com o seu Presidente, Mattias Guyomar, e com os funcionários portugueses do Tribunal. Nos vários encontros, reconheceu o papel do Conselho da Europa na consolidação da democracia portuguesa e destacou o Centro Norte-Sul, que Lisboa acolhe desde 1990.

Na intervenção perante a APCE, o Presidente da República saudou a delegação portuguesa à Assembleia, chefiada pela Deputada Edite Estrela (PS). Recordou que, em 22 de setembro de 1976, José Medeiros Ferreira assinou os Estatutos do Conselho da Europa e a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, dois anos após o 25 de Abril, num ato que traduziu uma escolha: «*Portugal queria pertencer à Europa da liberdade, da democracia e do Estado de direito*». Sublinhou que essa adesão não foi «*um simples ato diplomático*», mas «*uma afirmação política e moral*», e que «*a nossa gratidão pelo passado é inseparável da nossa responsabilidade perante o futuro*».

[2] Fonte e foto: Presidência da República

Afirmou que a missão do Conselho da Europa *«continua a ser tão necessária hoje como no momento da sua fundação»*: defender a democracia, os direitos humanos, o Estado de direito e a dignidade humana. Advertiu, contudo, que *«nenhuma conquista está definitivamente assegurada»*, perante o crescimento de movimentos extremistas, a desconfiança nas instituições, o discurso de ódio e o desprezo pelo direito internacional. Defendeu que estes desafios *«não se resolvem com nostalgia, com medo ou com o abandono dos princípios que nos trouxeram até aqui»*, mas *«com melhor democracia, mais cooperação, mais justiça e mais capacidade de agir»*.



Sobre a guerra na Ucrânia, qualificou a invasão russa de 24 de fevereiro de 2022 como uma violação do direito internacional e dos princípios fundamentais da ordem europeia. Valorizou a posição inequívoca assumida pelo Conselho da Europa, afirmando que *«a soberania dos Estados, a integridade territorial e a proibição do uso da força ilegítima não são princípios facultativos»*.

Destacou os mecanismos de responsabilização e de combate à impunidade criados no quadro da organização, como o Registo de Danos, a Comissão Internacional de Pedidos de Indemnização e a Convenção para o estabelecimento do Tribunal Especial para o Crime de Agressão, que Portugal apoiou *«desde o primeiro momento»*. A partir deste enquadramento, apresentou três prioridades.

- **Defender os direitos humanos, «sem hesitações nem cedências»**

O Presidente defendeu que a dignidade humana deve continuar a ser a referência da ação política e que *«os direitos fundamentais não podem depender das circunstâncias políticas, das maiorias parlamentares ou da conveniência do momento»*. Associou a autoridade do sistema da Convenção à execução efetiva dos acórdãos do Tribunal, porque *«não basta assinar convenções. É preciso cumpri-las»*. Estendeu esta exigência à inteligência artificial, a propósito da Convenção-Quadro do Conselho da Europa, defendendo que *«a tecnologia deve estar ao serviço das pessoas, e não as pessoas ao serviço da tecnologia»*. Reafirmou ainda os compromissos com a abolição universal da pena de morte e com a igualdade de género, afirmando que *«os direitos das mulheres não são direitos negociáveis»*.

- **Cuidar da democracia e reforçar a coesão social**

Dirigindo-se em particular às novas gerações, advertiu que *«a democracia não está garantida. Temos de a defender todos os dias»*. Perante ameaças digitais, híbridas e transnacionais, afirmou que «não estaremos verdadeiramente seguros se a nossa defesa não assentar no Estado de direito, no respeito pelos direitos fundamentais e na confiança dos cidadãos». Associou a vitalidade democrática à coesão social, sustentando que *«não haverá uma democracia verdadeiramente forte se houver cidadãos que sentem que não têm lugar nela»*. Defendeu políticas migratórias que conciliem integração e controlo, uma vez que *«controlo de fronteiras não é incompatível com respeito pela dignidade humana»*.

- **Construir uma Europa aberta ao mundo**

Invocando a vocação atlântica de Portugal, afirmou que *«a Europa não deve ser uma fortaleza»*, mas um espaço de diálogo e cooperação. Defendeu o multilateralismo, o reforço da parceria estratégica entre a União Europeia e o Conselho da Europa e a cooperação com as Nações Unidas, em cujo Conselho de Segurança Portugal foi recentemente eleito. Apelou aos Estados que não integram o Centro Norte-Sul para que ponderem a sua adesão, concluindo que *«o Mundo precisa de voltar a ouvir a voz da Europa»*.

A concluir, reafirmou que «*Portugal escolheu a liberdade*» e mantém essa escolha «*com a mesma determinação de há cinquenta anos*», concluindo que o futuro da Europa «*não se defende com palavras de circunstância*», mas «*constrói-se com princípios, com decisões e com ação*».

Debate com os membros da Assembleia

À intervenção do Presidente da República seguiu-se um período de perguntas dos presidentes dos grupos políticos e de outros membros da APCE (ver o registo integral da sessão e a página da sessão de outono). Nas respostas, abordou o ambiente e as alterações climáticas, a democracia e os direitos humanos, o populismo, as migrações e as desigualdades sociais.

Dois membros da delegação portuguesa intervieram no debate. Bernardo Pessanha (CH), porta-voz do grupo dos Conservadores Europeus, Patriotas e Afiliados (ECPA), referiu que Portugal teria ponderado medidas para «*extinguir*» o Chega, enquanto partido da oposição, e questionou o Presidente sobre o papel da oposição e sobre o que faria para pôr termo a tentativas de eliminar a oposição política (vídeo aqui e pergunta aqui). O Presidente respondeu (vídeo aqui e texto aqui) que Portugal é um Estado de direito e que eventuais decisões sobre a extinção de partidos políticos cabem aos tribunais, designadamente ao Tribunal Constitucional, nos termos do princípio da separação de poderes, acrescentando não ter conhecimento de qualquer iniciativa desse tipo em curso. Sublinhou que, enquanto Presidente da República, se tem reunido regularmente com o líder do Chega, tal como com os líderes de todos os partidos com representação parlamentar.

Edite Estrela (PS), presidente da delegação, assinalou os 50 anos da opção de Portugal pela «paz, democracia, Estado de direito e direitos humanos» e o contributo português para a organização, como membro fundador do Centro Norte-Sul, sediado em Lisboa (vídeo aqui e texto aqui). Perguntou como pode a democracia continuar a ser atrativa para os países do Sul que não beneficiaram dos seus resultados, num contexto de profundas desigualdades entre Norte e Sul. O Presidente recordou que a expectativa de uma «*quarta vaga democrática*» no final do século passado, incluindo com a Primavera Árabe, não se concretizou e deu mesmo lugar a retrocessos (vídeo aqui e texto aqui). Identificou como condições para recuperar a confiança nas instituições: o cumprimento das promessas eleitorais, para evitar a desilusão; a observância de padrões éticos pelos responsáveis políticos, «incluindo nos parlamentos»; a resolução dos problemas concretos das populações e a redistribuição; a estabilidade das políticas públicas, que não devem mudar consoante quem governa.

Num contexto de polarização e fragmentação, defendeu a moderação e o equilíbrio, propondo que a ação política se concentre não no combate aos adversários, mas no combate aos problemas que afetam a vida das pessoas. Questionado sobre a fiscalização de governos com maioria absoluta, recordou a reforma do Parlamento português de 2007, que coordenou. Destacou como mecanismo mais eficaz a atribuição de direitos de escrutínio à oposição, que antes não os tinha, a par da presença obrigatória dos membros do Governo nas comissões parlamentares.

3. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34 - DESENVOLVIMENTOS

As negociações sobre o Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2028-2034 entram numa fase de definição, com a apresentação pela Presidência irlandesa da proposta de quadro de negociação (*negotiating box*), prevista antes do Conselho dos Assuntos Gerais de 13 de outubro. Em carta de 28 de setembro dirigida ao Primeiro-Ministro irlandês, Micheál Martin, e ao Presidente do Conselho Europeu, António Costa, os líderes da Alemanha, da Áustria, da Dinamarca, da Finlândia, dos Países Baixos e da Suécia pedem reduções de «*centenas de milhares de milhões de euros*» face à proposta da Comissão, que ronda 2 mil milhões de euros. Os seis Estados-Membros, que asseguram cerca de 40 % das contribuições nacionais para o orçamento da UE, reconhecem que o próximo QFP será superior ao atual, mas consideram «*irrealista do ponto de vista económico e político*» o aumento

nominal que estimam em cerca de 60 %. Defendem que o quadro de negociação fixe um montante global que possa ser financiado «*de forma realista por aqueles que suportam a maior parte do encargo financeiro*».

QFP 2028-2034 – Regiões Ultraperiféricas

Os Chefes de Governo de Portugal, Luís Montenegro, de Espanha, Pedro Sánchez, e de França, Emmanuel Macron, dirigiram, no final de setembro, uma carta ao Primeiro-Ministro irlandês, Micheál Martin, e ao Presidente do Conselho Europeu, António Costa, na qual consideram «*absolutamente essencial*» que o QFP 2028-2034 preveja um financiamento adequado para as regiões ultraperiféricas (RUP). Argumenta-se que esse nível de financiamento deve ter em conta as taxas de cofinanciamento aplicadas no QFP 2021-2027 e assegurar, «*pelo menos*», o nível de apoio financeiro de que estas regiões atualmente beneficiam.

Política de Coesão – Posições das Regiões e do Parlamento Europeu

As 143 regiões da aliança *Euregions4cohesion* adotaram, em 28 de setembro, uma posição comum sobre o QFP 2028-2034. Consideram que a tendência para um modelo de execução mais centralizado e predominantemente nacional «*ainda não foi suficientemente invertida*», e solicitam um princípio transversal e vinculativo de «*não prejudicar a coesão*», a inclusão de capítulos regionais nos planos de parceria nacionais e regionais, e a manutenção da negociação direta com a Comissão.

No mesmo sentido, a Comissão do Desenvolvimento Regional (REGI) do Parlamento Europeu aprovou por unanimidade um relatório sobre a dimensão urbana da política de coesão, que propõe que o princípio do «*direito a permanecer*» seja integrado no QFP 2028-2034, com financiamento para habitação acessível e sustentável, emprego de qualidade, serviços públicos essenciais, transportes e conectividade.

4. ALARGAMENTO - ANTECIPAÇÃO DA NOVA ESTRATÉGIA DA COMISSÃO EUROPEIA

A Comissão Europeia apresentará, em 6 de outubro, a comunicação sobre **as revisões das políticas pré-alargamento**. A apresentação estava prevista para 30 de setembro e foi adiada uma semana, após quase um ano de atraso.

O documento servirá de base ao debate estratégico dos líderes sobre o alargamento e a reforma institucional da UE no Conselho Europeu de 15 e 16 de outubro.

Deverá ainda fazer referência aos roteiros de adesão para a Albânia, a Moldávia, o Montenegro e a Ucrânia, anunciados pela Presidente Ursula von der Leyen no discurso sobre o Estado da União de 16 de setembro.



Segundo documentos preparatórios citados pela Rapporteur (aqui,e aqui), a Comissão proporá a adaptação do processo de decisão da União a mais de 30 Estados-Membros, sem revisão do Tratado de Lisboa. As propostas organizam-se em quatro domínios, identificados no quadro-síntese acima.

Note-se que algumas das propostas exigiriam, elas próprias, decisão unânime dos Estados-Membros, sendo que constam de documentos de trabalho e poderão ser alteradas até à adoção da comunicação pelo Colégio.

5. UNIÃO EUROPEIA DA DEFESA - DESENVOLVIMENTOS

Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa)

Os ministros da Defesa da UE reuniram-se em 28 de setembro, em Bruxelas, sob a presidência da Alta Representante, Kaja Kallas. A agenda incluiu o protocolo de segurança de emergência, o apoio militar à Ucrânia e o reforço da Agência Europeia de Defesa (detalhe da reunião aqui).

- **Protocolo de segurança de emergência:** Os ministros fizeram uma primeira discussão sobre a proposta apresentada pela Presidente da Comissão no discurso sobre o Estado da União. A Alta Representante explicou que o protocolo criaria um mecanismo de coordenação para responder a ataques de «*zona cinzenta*», abaixo do limiar de agressão armada, que complementaria assim a cláusula de defesa mútua do artigo 42.º, n.º 7, do TUE. Acrescentou que o instrumento iria além do artigo 4.º do Tratado do Atlântico Norte, que prevê apenas consultas, ao identificar os meios a mobilizar perante agressões que não acionam o artigo 5.º. Vários ministros sublinharam a necessidade de complementaridade com a NATO e de evitar duplicações. A Alta Representante reconheceu que muitos Estados-Membros pediram mais informação antes de tomar posição, uma vez que os contornos do protocolo ainda não estão definidos.
- **Apoio militar à Ucrânia**. Os ministros reiteraram o apoio a Kiev e acolheram o acordo sobre a repartição de 6,6 mil milhões de euros do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz (MEAP).
- **Agência Europeia de Defesa**. Reunidos no comité diretor da Agência Europeia de Defesa (EDA), os ministros aprovaram uma nova etapa do reforço da Agência (detalhe aqui), em apoio aos objetivos do Prontidão da Defesa 2030, incluindo; i) a transformação do Polo de Inovação Europeia em Defesa (HEDI) num Centro de Inovação Europeia em Defesa (CEDI), com um mandato alargado e uma carteira estruturada de atividades; ii) um novo centro de aquisição colaborativa, dedicado a serviços e equipamentos disponíveis no mercado, com capacidade para gerir vários projetos em simultâneo, complementando as restantes agências europeias de aquisição sem duplicar o seu trabalho.

Conselho Europeu de 15 e 16 de outubro – Segurança e Defesa

Segundo um projeto de orientações para as conclusões (cortesia da Agence Europe), o Conselho Europeu poderá condenar o comportamento da Rússia em relação aos Estados-Membros e comprometer-se a responder-lhe com determinação. Os principais elementos do texto são os seguintes:

- *Ameaças híbridas:* perante a intensificação das campanhas híbridas da Rússia e de outros atores hostis, os líderes deverão apelar ao reforço da resiliência e da preparação e à proteção das infraestruturas críticas. Defenderão ainda a prevenção e dissuasão de ataques híbridos e a resposta aos mesmos, com recurso pleno ao conjunto de instrumentos da UE contra ameaças híbridas e aos mecanismos de resposta a crises, admitindo medidas adicionais se necessário.
- *Capacidades de defesa*: o texto prevê a concretização «*rápida e em larga escala*» do objetivo de prontidão da defesa para 2030, a aceleração dos trabalhos para colmatar lacunas de capacidades críticas e a redução das dependências estratégicas.
- *Base industrial:* os líderes apelarão ao reforço da base industrial e tecnológica de defesa europeia.
- *Ucrânia*: o texto sublinha a cooperação industrial de defesa com a Ucrânia e a continuação do apoio militar a Kiev.

PE – Controlo Humano e Sistemas Militares baseados em Inteligência Artificial

O Serviço de Estudos do Parlamento Europeu publicou, em 28 de setembro, o estudo ***Human control and AI-enabled military systems: Human rights risks, accountability and policy options for the European Union***. A publicação reúne as atas de um seminário realizado em 15 de julho para a Subcomissão dos Direitos Humanos (DROI) e a Subcomissão da Segurança e da Defesa (SEDE), com a participação de Deputados, académicos, peritos da sociedade civil e representantes da UE, e um estudo sobre o mesmo tema. O documento parte da integração crescente da inteligência artificial nos sistemas e na tomada de decisão militares, nomeadamente: informações e vigilância; apoio à identificação de alvos; comando e controlo; gestão de fronteiras e operações de segurança.

Identifica como principais riscos a opacidade algorítmica, o enviesamento de automatização e a delegação de funções com impacto na dignidade humana, nas garantias processuais, na não discriminação e no acesso a um recurso efetivo. Analisa ainda as condições para manter um controlo humano significativo ao longo da conceção, implantação e utilização destes sistemas. Examina também a repartição de responsabilidades entre Estados, operadores militares, programadores e fornecedores privados de tecnologia. Apresenta, por fim, opções de resposta para a União nos domínios da transparência, da diligência devida em matéria de direitos humanos, do controlo democrático e do acesso à justiça.

6. RELAÇÕES UE - CANADÁ

A UE e o Canadá deverão anunciar uma nova parceria estratégica na cimeira prevista para Montreal, a partir de 29 de outubro, segundo um projeto de declaração conjunta circulado junto dos e divulgado pelo POLITICO Europe. O projeto parte da constatação de que o contexto internacional é marcado por desafios geopolíticos e por pressões nos domínios do comércio, da energia, da tecnologia, do clima e dos recursos. Sustenta que o acesso comercial, os valores partilhados e a complementaridade económica permitem às duas partes construir uma relação «*mais profunda e mais integrada*». Prevê os seguintes compromissos:

- **Matérias-primas críticas**: a aceleração do investimento em projetos de matérias-primas críticas, o reforço das cadeias de abastecimento e da segurança do aprovisionamento, incluindo através da constituição de reservas estratégicas para mitigar flutuações de mercado e impactos geopolíticos.
- **Energia e indústria:** o alinhamento de estratégias e normas e a ligação entre setores industriais, com destaque para a energia hipocarbónica, do gás natural liquefeito às energias hídrica, solar, eólica e nuclear.
- **Combate aos incêndios florestais**: a aquisição conjunta de 50 aviões de combate a incêndios De Havilland, operacionais no Canadá e na Europa a partir de 2030.
- **Outros domínios**: o comércio digital e o apoio conjunto à Ucrânia.

A iniciativa insere-se no esforço de aprofundamento das relações bilaterais no contexto das tensões comerciais com os Estados Unidos. Retoma as linhas enunciadas pela Presidente da Comissão no discurso sobre o Estado da UE, em que convidou o Canadá a tornar-se membro associado da UE: uma aliança tecnológica, a integração das bases industriais de defesa, o Ártico como projeto conjunto e a cooperação em energia, matérias-primas críticas, baterias, inteligência artificial, tecnologias quânticas, cibersegurança e segurança económica.

7. PARLAMENTO EUROPEU - OUTROS DEBATES E ESTUDOS

- COP31: Comissão do Ambiente define prioridades para a cimeira do clima de Antália
- Mecanismo de Proteção Civil: melhorar a preparação e antecipar crises

Crescimento A Longo Prazo, Inteligência Artificial e Demografia

A Unidade de Governação Económica e Controlo da UEM do Parlamento Europeu publicou, a pedido da Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários (ECON), o estudo Long-term growth assumptions in the face of AI and demographic change (Pressupostos de crescimento a longo prazo face à inteligência artificial e às alterações demográficas). Parte da constatação de que o envelhecimento e a diminuição da população afetarão todas as economias da União.

Com base na literatura recente, analisa os efeitos demográficos esperados e a forma como uma política económica adequada, combinada com os avanços tecnológicos na automatização, pode contribuir para lhes responder. Propõe ajustamentos aos pressupostos do Ageing Report de 2024 da Comissão Europeia e formula recomendações nos seguintes domínios: participação no mercado de trabalho; ajustamento da idade da reforma; prioridade à educação; aprofundamento dos mercados de capitais; incentivo à adoção de tecnologia; reforço dos cuidados de longa duração.

8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

Conferência Interparlamentar sobre a Estabilidade, a Coordenação e a Governação Económica[3]

Realizou-se a 24 e 25 de setembro de 2026, em Dublin, sob Presidência irlandesa, tendo a Assembleia da República participado através de uma delegação constituída pelos Deputados Alberto Fonseca (PSD), Carla Barros (PSD), Eduardo Pinheiro (PS), Felicidade Vital (CH), Hugo Costa (PS), Paulo Núncio (CDS-PP) e Ricardo Carlos (PSD). A Conferência visou uma reflexão alargada sobre os desafios associados ao próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), a sustentabilidade das finanças públicas, a coordenação das políticas económicas e o reforço do papel internacional do euro no contexto da transformação digital.

A reunião estruturou-se em três sessões: a primeira, dedicada às finanças públicas da UE, ao QFP 2028-2034 e aos recursos próprios, contou com intervenções de Carla Tavares, Sandra Gómez López e Tony Murphy, seguindo-se um debate com intervenções de Ricardo Carlos (PSD) e Eduardo Pinheiro (PS); a segunda, centrada na conciliação entre responsabilidade orçamental, flexibilidade e convergência social perante os desafios macroeconómicos, reuniu Christophe Kamps, Lilia Cavallari e Martina Lawless, com participação no debate de Alberto Fonseca (PSD), Felicidade Vital (CH) e Carla Barros (PSD); por fim, a terceira sessão, dedicada ao reforço do papel global do euro e à soberania digital no aprofundamento da União Económica e Monetária, teve como oradores Maria Luís Albuquerque, Jack Chambers e John McHale, tendo Paulo Núncio (CDS-PP) intervindo na troca de impressões subsequente. Toda a informação relativa à conferência, pode ser consultada na página eletrónica do evento.

European Public Diplomacy Days

Realizaram-se a 30 de setembro e 1 de outubro de 2026, em Bruxelas, reunindo instituições europeias, parlamentos nacionais, profissionais de diplomacia pública, peritos e sociedade civil, com o objetivo de partilhar boas práticas em diplomacia pública e comunicação estratégica. A Assembleia da República participou através de uma delegação composta pelos *Deputados José Cesário (PSD), Paulo Edson da Cunha (PSD) e Elza Pais (PS), da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, e pelo Deputado Pedro Correia (CH), da Comissão de Assuntos Europeus.* Toda a informação relativa ao evento pode ser consultada na página do evento.

Reunião Interparlamentar de Comissão sobre o futuro do Fundo Social Europeu Mais (FSE+)

Realizou-se a 1 de outubro de 2026, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, por iniciativa da Comissão do Emprego e dos Assuntos Sociais (EMPL). A Assembleia da República participou através de uma delegação

[3] Ponto elaborado por Joana Coutinho, assessora da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública.

chefiada pela *Deputada Carla Barros (PSD) e composta pelas Deputadas Dália Miranda (PS) e Catarina Salgueiro (CH),* todas da Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, e com intervenções no debate. A reunião visou identificar prioridades comuns, partilhar boas práticas e contribuir para os trabalhos da Comissão EMPL e para o debate em curso sobre o futuro do FSE+. Estruturou-se em duas sessões: a primeira, dedicada ao contributo do FSE+ para os objetivos sociais e de emprego da União, com destaque para o emprego de qualidade, a formação de adultos e as competências, e o combate à pobreza e à exclusão social; a segunda, centrada nas prioridades do FSE+ para o período de programação 2028-2034 e na resposta aos novos desafios sociais e económicos. Toda a informação relativa à reunião pode ser consultada na página da reunião.

9. REUNIÕES DO CONSELHO

As reuniões do Conselho neste período podem ser consultadas aqui. Destacamos o Conselho sobre Justiça e Assuntos Internos), nomeadamente as discussões sobre um mecanismo de suspensão dos procedimentos de asilo em caso de crise migratória «instrumentalizada».

10. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível aqui.

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à sessão plenária do PE, em Estrasburgo, que tem como ponto de destaque o debate **«Isto é a Europa» com o Primeiro-Ministro, Luís Montenegro**, que discursará no hemiciclo e debaterá com os Deputados na terça-feira, a partir das 10h30. No mesmo dia, serão debatidas as prioridades do PE para o Conselho Europeu de 15 e 16 de outubro, num debate com a Presidente da Comissão, Ursula von der Leyen, e a Presidência irlandesa. Na quarta-feira, o PE fará o ponto de situação das negociações do QFP 2028-2034,e dará continuidade aos debates sobre a habitação acessível e a crise do custo de vida, iniciados na terça-feira. A agenda inclui ainda a votação do novo programa europeu de inovação no domínio da defesa,o debate sobre as propostas da Comissão para a proteção das crianças em linha, o debate e a votação de uma resolução sobre as relações políticas UE-China, entre outros.

Comissão Europeia

A próxima reunião será a 6 de outubro, com destaque para as Revisões das políticas pré-alargamento.

Conselho da UE

O calendário está disponível: 8 de outubro - Eurogrupo; 8/9 de outubro - Reunião informal dos ministros do Desenvolvimento.

Bruxelas | 2 de outubro de 2026[4]

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada aqui).

Sínteses anteriores disponíveis aqui e aqui (base pesquisável). Versões podcast aqui.

[4] ***Inteligência Artificial:*** *Os modelos Claude Opus 5.5, da Anthropic, e GPT-5.6 Sol, da OpenAI, foram utilizados para sintetizar informação, melhorar a legibilidade e a coerência do texto, e pontualmente alargar o leque de fontes consultadas. O ElevenLabs foi utilizado para gerar o áudio do podcast. O conteúdo produzido com recurso a inteligência artificial foi revisto e editado pelo autor.*